Meio: Inforpress

Data: 17-01-2019

Juiz do Tribunal Fiscal e Aduaneiro de Sotavento enaltece iniciativa de fazer colectânea de Legislação Fiscal em Cabo Verde

17/01/19 - 10:22 pm











Cidade da Praia, 17 Jan (Inforpress) – O Juiz do Tribunal Fiscal e Aduaneiro de Sotavento Samuel Cosmo enalteceu hoje a iniciativa de fazer a colectânea de Legislação Fiscal em Cabo Verde por permitir "o acesso fácil" dos interessados no seu estudo e na sua aplicação.

A Legislação Fiscal Cabo-Verdiana, que foi apresentada hoje na cidade da Praia, nasceu da iniciativa dos escritórios da RFF & Associados, de Portugal, que em conjunto com os escritórios da Primeira-dama, Lígia Fonseca, e os advogados Sheila Pinto Monteiro e José Manuel Pinto Monteiro compilaram as leis fiscais criadas em Cabo Verde desde 2013 até 2018.

Segundo Samuel Cosmo, apresentador do livro, a colectânea facilita a todos, principalmente os estudantes de Direito, os aplicadores do manual, designadamente os funcionários do Estado, os juristas, os advogados, os magistrados e mesmo os que não sendo da área de Direito têm curiosidade em perceber melhor essa temática.

"Quando se tem essa iniciativa de sistematizar leis que já são próximas umas das outras, qualquer utilizador já tem um único livro, onde praticamente tem resposta às suas questões. Devemos agradecer e parabenizar aqueles que tiveram essa iniciativa", defendeu o magistrado.

Conforme o sócio fundador da RFF & Associados, Rogério Fernandes Ferreira, há dois anos que fizeram uma colectânea de legislação fiscal de Angola e a perspectiva é fazer iniciativas semelhantes em todos os países de língua portuguesa.

"A arbitragem tributária é uma nova realidade aqui em Cabo Verde, porque está em vias de ser implementada, designadamente com a legislação de 2018. E resolvemos compilar a legislação fiscal hoje vigente e resultante de uma reforma fiscal que resolveram criar em Cabo Verde desde 2013 até 2018", explicou, relançando que o livro será actualizado, à medida que as leis forem também actualizadas.

"Acho que é uma obra muito útil para os senhores que têm esta legislação dispersa. Pretendemos fazer com todos os países de língua portuguesa", destacou ainda o advogado que já foi docente universitário em Cabo Verde e ex-secretário de Estado dos Assuntos Fiscais no XIV Governo Constitucional de Portugal.

CD/JMV